



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO | CREFITO-4

CONTRATO

CONTRATO NÚMERO 25/2017 QUE
ENTRE SI FAZEM O CONSELHO
REGIONAL DE FISIOTERAPIA E
TERAPIA OCUPACIONAL 4ª REGIÃO
E A EMPRESA FACTO TURISMO
EIRELI -ME.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região, CNPJ nº 21.947.619/0001-88, situado na Rua da Bahia, 1148, 8º andar, Conj. 831, Centro, Belo Horizonte / MG, Cep 30.160-906, representado por seu Presidente Anderson Luís Coelho, portador da cédula de identidade nº MG-10.628.024, inscrito no CPF sob o nº 012.858.026-75 doravante denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa Facto Turismo Eireli - ME, CNPJ nº 14.807.420/0001-99, com endereço na Av. Pedro Lessa, 1064, Conj. 32, Ponta da Praia, Santos / SP, Cep 11.025-000, neste ato representada por Primaques Martins Junior, RG nº 3749196 SSP/SC e CPF nº 040.701.249-42 doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato, do qual faz parte integrante, regido pelas Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002, e mediante as cláusulas e condições a seguir explicitadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR

1.1. O presente contrato tem por objeto os serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, remarcação, cancelamento, endosso e entrega de bilhetes ou ordens de passagens (PTA), ao Conselho Regional de Fisioterapia e terapia Ocupacional da 4ª Região, em âmbito nacional e, eventualmente, internacional, conforme as especificações que constam do Termo de Referência (Anexo I do edital do Pregão Eletrônico/SRP nº 55/2016) e valores da planilha abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA DE BILHETES	VALOR MÉDIO ESTIMADO DO BILHETE	VALOR ESTIMADO DA TAXA DE EMBARQUE (R\$ 46,30 X R\$ 330)	VALOR DA TAXA DE SERVIÇO (R\$ 0,00 X 330)	VALOR TOTAL ESTIMADO (AXB) + (D+C)=
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Agenciamento de viagens	330	R\$ 942,39	R\$ 15.279,00	R\$ 0,00	R\$ 326.267,70

1.2. A prestação do serviço obedecerá ao estipulado neste contrato e as disposições da Lei nº 8.666/93, a qual encontra-se vinculado, bem como as disposições contidas na licitação Pregão Eletrônico/SRP nº 55/2016, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, e dirigida a CONTRATANTE que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrarie.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO | CREFITO-4

1.3. O valor total máximo estimado deste contrato é de R\$ 326.267,70 (trezentos e vinte e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

2.1. Incumbe ao CONTRATANTE:

1. Efetuar os pagamentos a CONTRATADA, na forma estabelecida na cláusula quarta;
2. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares a execução deste Contrato;
3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de quaisquer irregularidades relativas a prestação dos serviços;
4. Exercer, por intermédio de servidor devidamente designado, a fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos nas cláusulas e condições do Contrato a ser firmado, obrigar-se-á, ainda, a contratada:

1. Indicar, pelo menos, 01 (um) preposto, para pronto atendimento nos finais de semana, feriados e em casos excepcionais e urgentes, através de serviço móvel celular ou qualquer outro meio de comunicação;
2. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o contratante dos assuntos relacionados a execução do contrato;
3. Prestar informação ao contratante sobre o melhor roteiro de viagem, horário e opção de deslocamento (partida e chegada);
4. Efetuar reserva, emissão, remarcação, cancelamento, endosso e entrega de bilhetes ou ordens de passagens (PTA) para o contratante, mobilizando-se, inclusive, no aeroporto para realização do serviço, se necessário;
5. Informar, quando da reserva e requisição de passagens, as tarifas promocionais oferecidas, na ocasião, pelas companhias aéreas se for o caso;
6. A reversão de passagem não utilizada, por medida de simplificação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela contratada.

1. Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO | CREFITO-4

não utilizadas deverão ser consideradas.

2. Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada;

3. Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, na forma estabelecida no *caput*, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado ao órgão ou entidade, mediante recolhimento do valor respectivo por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU.

7. Deverão ser repassados ao Contratante todos os descontos oferecidos pelas empresas aéreas, inclusive tarifas promocionais, desde que atendidas as condições estabelecidas para o oferecimento de tais descontos e tarifas. Ocorrendo tal situação, deverá ser especificado na fatura a ser encaminhada ao CREFITO-4, o percentual e respectivo valor do desconto concedido;

8. Remeter ao contratante, quando solicitado, sem ônus, orçamentos de passagens aéreas, conforme o caso, abrangendo todas as companhias que explorem o trecho solicitado. Tais orçamentos serão considerados apenas como referenciais, uma vez que a atual sistemática de comércio, especialmente das companhias aéreas, faz com que os preços das passagens sejam flutuantes, a depender do momento da consulta;

9. Apresentar, mês a mês, as faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes as passagens compradas pelo CREFITO-4;

1. Tal apresentação condicionará o pagamento da próxima fatura da agência.

10. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante, com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens;

11. A Contratada deverá fornecer passagens de qualquer companhia aérea que atenda aos trechos e horários requisitados;

12. Expedir ordens de passagens (PTAs) para localidades indicadas pelo contratante, com emissão imediata, informando o código de transmissão e a companhia aérea;

13. Efetuar a imediata substituição de qualquer empregado ou preposto que não mereça confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

14. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor das tarifas a data de emissão das passagens.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO | CREFITO-4

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado em conta-corrente indicada pela Contratada, por meio de ordem bancária remetida ao banco:

- a) em até 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da Fatura e/ou Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente do CREFITO-4, quando o valor for superior a R\$ 8.000,00;
- b) em até 5 (cinco) dias úteis, quando não extrapolar aquele valor.

4.2. As passagens emitidas com tarifas promocionais ou reduzidas deverão ser faturadas em tempo hábil pela Contratada, de forma a permitir a efetivação dos pagamentos pelo Contratante dentro do prazo estabelecido para a sua concessão.

4.3. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de nota fiscal ou fatura com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

4.4. Não será permitido qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente dos previstos no contrato.

4.5. Será feita consulta "on line" ao SICAF antes de cada pagamento ser efetuado a Contratada, para verificação de sua situação, relativamente as condições de habilitação exigidas na licitação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio de pagamento.

4.6. Será retida na fonte, quando do pagamento, os tributos elencados na IN SRF 1.234, de 11/01/2012.

4.7. Se, na data da liquidação da obrigação por parte do Contratante, existir qualquer um dos documentos exigidos pelo cadastro do SICAF com validade vencida, a Contratada deverá providenciar a(s) sua(s) regularização(ões) junto a sua unidade cadastradora no referido sistema, ficando o pagamento pendente de liquidação até que sua situação seja tornada regular, reiniciando-se, a partir do dia em que seja sanada a irregularidade, o prazo para pagamento, sendo que a Contratada se obriga a comunicar ao Contratante a regularização no SICAF.

4.8. Em caso de atraso de pagamento provocado exclusivamente pelo CREFITO-4, o valor devido, desde que solicitado pela CONTRATADA, deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% ao mês, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} I &= \frac{TX}{365} \times 12 = \% \text{ a.d} \\ EM &= \frac{I}{100} \times N \times VP = \text{Valor da mora} \end{aligned}$$

Onde:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO | CREFITO-4

I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora;
EM = Encargos Moratórios;
N = Numero de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da Parcela em atraso.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CREFITO-4, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

6.2.2.1.1.01.04.04.013 – Passagens aéreas, terrestres e marítimas.

5.2. Para a cobertura das despesas será emitida Nota de Empenho, à conta da dotação que será especificada nesta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 12/01/2018, com eficácia após a publicação do seu extrato no DOU - Seção 3.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

7.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

7.2. Ocorrendo acréscimo ou supressão do quantitativo dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE nova Planilha de Custos e Formação de Preços.

CLÁUSULA OITAVA - DO DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO E RECURSOS

8.1. No caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitar-se-á a empresa adjudicatária as sanções previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

8.1.1 **Advertência**, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

8.1.2. **Multa**:

a) **multa de mora** - nos percentuais abaixo, cobrada por dia de atraso, após decorrido o prazo de execução fixado no Capítulo 7 do Termo de Referência (Anexo I do edital), que será calculada sobre o valor global do contrato, até o limite máximo de 12 (doze) dias:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO | CREFITO-4

- a.1) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, do 1º (primeiro) ao 4º (quarto) dia;
- a.2) 1% (um por cento) por dia de atraso, do 5º (quinto) ao 8º (oitavo) dia;
- a.3) 1,5% (um e meio por cento) por dia de atraso, do 9º (nono) ao 12º (décimo segundo) dia.

b) multa por inexecução contratual:

b.1) inexecução parcial - multa no percentual de 15% (quinze por cento), que será calculada sobre o valor da parcela inadimplida, cobrada pelo atraso superior a 12 dias e inferior a 20 dias fixado no Capítulo 7 do Termo de Referência (Anexo I do edital), podendo, a critério da Administração, não mais ser aceito o serviço;

b.2) inexecução total - multa no percentual de 20% (vinte por cento), que será calculada sobre o valor global do contrato, cobrada pelo atraso superior a 21 dias fixado no Capítulo 7 do Termo de Referência (Anexo I do edital);

8.1.3. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal, até o prazo máximo previsto na legislação em vigor;

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 8.1.3.

8.1.5. Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;

8.2. As sanções previstas no subitem 8.1.1, 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 8.1.2, garantindo-se a contratada o contraditório e a ampla defesa.

8.3. Se houver aplicação de multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente no CREFITO-4 em nome da CONTRATADA e, caso seja a mesma de valor superior ao crédito existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente.

8.4. As multas não tem caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

8.5. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução dos serviços, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

8.6. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 4ª REGIÃO | CREFITO-4

notificação, a autoridade superior aquela que aplicou a sanção.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Poderá ser rescindido o presente contrato, caso ocorram os motivos constantes dos arts. 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As controvérsias decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, serão dirimidas no foro da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, pela Justiça Federal, nos termos do art. 99, I, do Código de Processo Civil, c/c o art. 109, I, da Constituição Federal.

E, por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2017.

CREFITO-4
CONTRATANTE

Primaque

FACTO TURISMO EIRELI - ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª *Primaque*

RG 43046926 CPF 06433168522

2ª _____

RG _____ CPF _____